

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO**

**ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL: UMA ANÁLISE  
DAS AÇÕES DO PETI NO CRAS SANTA MARIA**

Flávia Marques Santos

SÃO CRISTÓVÃO  
2010

**FLÁVIA MARQUES SANTOS**

**ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL: UMA ANÁLISE  
DAS AÇÕES DO PETI NO CRAS SANTA MARIA**

Monografia apresentada ao Departamento de Educação da Universidade Federal de Sergipe para avaliação da disciplina Monografia II, sob a orientação da Prof. Dr.<sup>a</sup> Sônia Meire Santos Azevedo de Jesus.

SÃO CRISTÓVÃO  
2010

# **ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL: UMA ANÁLISE DAS AÇÕES DO PETI NO CRAS SANTA MARIA**

Monografia apresentada ao Departamento de Educação da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial para a obtenção da nota da disciplina Monografia II, sob a orientação da Prof. Dr.<sup>a</sup> Sônia Meire Santos Azevedo de Jesus.

**BANCA EXAMINADORA** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sônia Meire Santos Azevedo de Jesus - UFS

Orientadora

---

Prof. Dr. José Mário Aleluia Oliveira – UFS

1<sup>a</sup> Examinador

---

Prof. Dr. Acácio Nascimento Figueiredo – UFS

2<sup>a</sup> Examinador

SÃO CRISTÓVÃO

2010

Folha de aprovação

Monografia apresentada para análise e avaliação da disciplina Monografia II sob a orientação da Profª Drª Sonia Meire Santos Azevedo de Jesus.

Parecer da professora:

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

Nota: \_\_\_\_\_

---

Profª Drª Sonia Meire Santos Azevedo de Jesus

## Agradecimentos

Primeiramente gostaria de agradecer ao o ser supremo Deus, que intercede por nós, todos os dias e nos faz realizar nossos desejos através do dom da vida.

Aos meus pais José e Jane que pela vontade divina me colocaram no mundo e me fizeram ser o que eu sou especialmente a minha mãe que em todos os sentidos me fez estar concluindo esta monografia e conseqüentemente o curso, não tenho palavras para descrever o quanto eu a agradeço e a amo.

Ao meu esposo João e o meu filho João Guilherme que me deram forças para trilhar este caminho, amo muito vocês.

As minhas tias Giselda, Genelice, Julia e Gevanete e a minha madrinha Rosangela que também contribuíram diretamente e indiretamente para esta etapa da minha vida.

As minhas amigas do curso, principalmente Marizia, Nayra, Vilma, Livia, Ana Tereza, Camila e Andréa, por dividirmos tantos momentos de alegria e desafios juntas, obrigada.

As professoras Silvana Bretas e Sonia Meire, minha orientadora, que me oportunizaram a entender e a fazer pesquisa e a todos os professores do Departamento de Educação pelos os ensinamentos e dedicação.

À coordenadora do Centro de Referência em Assistência Social- CRAS Renata, aos educadores e aos educandos que contribuíram com a minha pesquisa.

Enfim quero agradecer a todos que me ajudaram para concretização desta monografia.

“(…) O amor é, simultaneamente, a base do diálogo e o próprio diálogo... Uma vez que o amor é um ato de coragem, e não de medo, o amor é a entrega aos outros, não importa onde se encontram os oprimidos, o ato de amor é entrega à sua causa-a causa da libertação.” (FREIRE, 1988)

## Resumo

A exploração da mão de obra infantil é um acontecimento que perdura há séculos, mas há tentativas de organizações e governos por todo mundo para que este quadro possa ser revertido, especialmente as organizações OIT, UNICEF e ONU que vem criando normas e programas que atuam nesta perspectiva. Aqui no Brasil estes órgãos tiveram presença positiva e o Governo Federal, em parceria com os estados e municípios brasileiros articulam programas que desenvolvem ações com secretarias de ação social, educação e cultura. Uma destas ações é o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), que tem objetivo de erradicar o trabalho precoce de crianças de sete a quinze anos pela promoção de atividades sócio-educativas e pagamento de bolsa, vinculada ao Programa Bolsa- Família. Desse modo, ocorreu o interesse em saber até que ponto as atividades sócio-educativas ofertadas durante a jornada ampliada, contribuem efetivamente para a erradicação do trabalho infantil, visto que, foi observada a realização de um trabalho pedagógico e social com estas crianças. Portanto o objetivo geral desta pesquisa foi analisar de que modo as atividades sócio-educativas desenvolvidas no PETI do CRAS Santa Maria contribuem para a erradicação do trabalho infantil no bairro. Para alcançar o objetivo proposto foi trabalhado o enfoque teórico-metodológico inscrito na perspectiva do materialismo- histórico, sendo assim foram coletados dados quantitativos e qualitativos através da aplicação de questionários objetivos e subjetivos, entrevistas estruturadas e observações. A monografia ficou estruturada em três capítulos: O primeiro capítulo trata do conceito de infância construído historicamente pela sociedade e da criança como força produtiva, discutindo a problemática do trabalho infantil, a partir do advento do capitalismo e, posteriormente, trata-se das leis que foram criadas para proteger e garantir os direitos da criança. O segundo capítulo evidencia o programa no âmbito nacional e estadual, apresentando o histórico do Programa no Brasil e em Sergipe, bem como a sua organização administrativa e metodológica. O terceiro capítulo descreveu a pesquisa de campo e as análises dos resultados obtidos. E, por fim, as Considerações Finais, na qual se realiza algumas reflexões conclusivas acerca do tema pesquisado.

Palavras chave: Trabalho infantil, Atividades sócio-educativas e PETI.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
 <b>CAPÍTULO I- INFÂNCIA, CAPITALISMO E TRABALHO INFANTIL</b>	
1.1- A concepção de infância e o advento da Revolução Industrial.....	16
1.2- As leis em proteção a infância.....	23
 <b>CAPÍTULO II- O PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL- PETI</b>	
2.1- A origem do PETI no Brasil.....	26
2.2- O PETI em Sergipe.....	31
 <b>CAPÍTULO III- ANÁLISE DO PETI NO CRAS- SANTA MARIA</b>	
3.1- Um breve histórico do bairro Santa Maria e a descrição do PETI no CRAS.....	33
3.2- Os educadores do PETI.....	35
3.3- Os educandos do PETI.....	41
 <b>IV CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	 <b>46</b>
 <b>V REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	 <b>50</b>

## **VI – APÊNDICES**

6.1- Questionário para coordenação.....	52
6.2- Questionário para educadores.....	54
6.3- Roteiro de entrevista para os educandos.....	56
6.4- Fotos.....	57

## I INTRODUÇÃO

Nas sociedades capitalistas é possível identificar que o valor do ser humano é medido pelo seu trabalho, ou melhor, pela exploração do trabalho e, conseqüentemente, pelo seu padrão de vida social. Aquele indivíduo que não se enquadrar a este perfil é marginalizado pela sociedade e, geralmente, acolhido pelo Estado por meio de programas assistenciais que concedem bolsas para aliviar a situação de extrema pobreza.

Uma das formas de reprodução do capital está na matriz familiar, em que adultos e criança trabalham para garantir o sustento a todos. As crianças que trabalham para ajudar seus pais, geralmente, ficam sujeitas a diversas situações de risco que podem prejudicar sua saúde e segurança física e mental, além de terem seus direitos violados como criança. Muitas vezes, elas são realmente exploradas pertencentes a famílias desestruturadas que as utilizam para a obtenção de recursos financeiros, neste sentido Marx, citado por Diniz (1987, p.71) explica

Não foram os abusos do poder paterno que criaram a exploração direta ou indireta das forças imaturas de trabalho pelo capital: foi o modo de produção capitalista de exploração que, ao suprimir a base econômica correspondente, à autoridade paterna, faz o exercício dela degenerar em abusos nefastos.

Quando falamos em força de trabalho, o conceito deveria estar atrelado à evolução da produção humana, porém nem sempre é este o sentido dado a ele.

Como pode atividade prática o trabalho do ser genérico consciente que é o homem, conduzir não ao seu florescimento pessoal, ao despertar de suas pontecialidades, mas ao contrário, à sua degradação. (NETO, apud FARIAS, 2003, p.20)

Assim, o trabalho infantil não é um fato recente, antes mesmo da Revolução Industrial a mão de obra infantil era explorada e este acontecimento que hoje, para muitos, é um crime, na época era considerado comum, visto que se acreditava que o infante era um adulto em miniatura conforme explicita Áries (1988). Desta forma, na sociedade capitalista as causas que levam as crianças desde cedo ao trabalho são inúmeras, tais como a fome, a miséria, o

desemprego dos seus pais, enfim, a falta de estrutura familiar e o descompromisso político são condicionantes desta situação.

Porém, a situação destas crianças começou a ser revista por volta de 1924 quando em Genebra, foi assinada a Declaração dos Direitos da Criança e mais tarde (1984) esta foi incorporada a Declaração dos Direitos Humanos. Além destas declarações, ocorreram também convenções em Washington, em 1935, que fixavam uma idade mínima para o trabalho infantil, estabelecendo que, apenas crianças com mais de 14 anos poderiam trabalhar. Também, foram proibidos os trabalhos considerados perigosos a saúde física e mental e sem probabilidades educacionais.

Devido ao crescimento da exploração da mão de obra infantil é que as Organizações Internacionais pensaram em se mobilizar para o combate deste tipo de exploração, segundo Russo (2006), ex-secretário nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome:

O combate ao trabalho infantil, especialmente às suas formas mais degradantes, tem sido objeto de preocupação do poder público e de Organismos Internacionais, como OIT<sup>1</sup>, UNICEF<sup>2</sup> e UNESCO<sup>3</sup>, mas, sobretudo, foi pautado pelos movimentos sociais aqui e em todo o mundo, como a Marcha Mundial contra o Trabalho Infantil, no sentido da defesa de direitos universais da infância e de sua proteção contra todas as formas de violência e negligência.

No Brasil, também no ano de 1935, foi assinado um Decreto n° 432 que incorporava os princípios adotados nestas convenções. A luta para a erradicação do trabalho infantil e a tentativa de integrar estas crianças trabalhadoras ao local onde elas deveriam estar que é a escola, continua atualmente. A OIT é um órgão que visa este fim, aliás, não só este, mas também a formulação de políticas nacionais e a ratificação de acordos e normas trabalhistas.

---

<sup>1</sup> Organização Internacional do Trabalho - OIT

<sup>2</sup> Fundo das Nações Unidas para a Infância- UNICEF

<sup>3</sup> Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura- UNESCO

O governo federal brasileiro em parceria com estados e municípios vem modificando desde a assinatura do decreto nº 432 de 1935, algumas leis e estatutos no que se refere ao direito da criança e implementando programas formulados por a Organização Internacional do Trabalho, segundo Melo (2002, p.26)

A OIT, através do Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC), vem apoiando diversos projetos. Dentro do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho infantil, formado por 46 entidades governamentais e não governamentais, surgiu o Programa de Ações Integradas que buscam a articulação do governo com a sociedade para o desenvolvimento de programas onde a situação é mais crítica e as crianças trabalham em condições intoleráveis.

Em 1992 o Brasil começou a participar do Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil, em 1994, instalou-se no país o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil com a participação das organizações governamentais e não governamentais e o UNICEF, já em 1996 a partir da atuação do Fórum, lançou-se o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil- PETI, no Mato Grosso do Sul.

O PETI oficialmente foi lançado no estado do Mato Grosso do Sul em maio de 1996, a partir da atuação do Ministério do Trabalho e Emprego, nos anos seguintes ele foi implantado em outros estados cujo índice de trabalho infantil era alto, a exemplo, nos canaviais pernambucanos em 1997 e, na região citrícola do estado de Sergipe.

Este programa é financiado pelo Governo Federal com recursos do Fundo Nacional de Assistência Social, e tem o objetivo de retirar crianças e adolescentes de sete a quinze anos de idade do trabalho considerado perigoso, penoso e insalubre ou degradante, ou seja, daquele trabalho que coloca em risco sua saúde e segurança. (PETI, 2004, p.03).

Em Aracaju, o PETI foi implantado em dezembro de 1999 no bairro Santa Maria através do projeto “Fazendo Arte” com crianças que trabalhavam em lixeiras. Os órgãos

competentes hoje são: a Secretaria Municipal de Ação Social e Cidadania (SEMASC), a Fundação Renascer e os Conselhos Tutelares.

O interesse por este tema surgiu a partir das experiências vividas por mim no estágio não obrigatório, realizado no bairro Santa Maria em 2009, mas especificamente no Centro de Referência em Assistência Social- CRAS, onde as atividades sócio-educativas promovidas pelo programa acontecem. Estagiar como educadora social me fez observar que as crianças assistidas pelo Programa, que eram impostas ao trabalho infantil, podiam encontrar uma oportunidade de ação, transformação através de atividades que, segundo o Programa, tem o objetivo de:

Promover o desenvolvimento integral do educando, através de ações educacionais, de maneira que, seja garantida aos alunos uma educação plena e harmoniosa, tornando-os cidadãos críticos capazes de tomar atitudes, decisões conscientes dos seus direitos e deveres e assim realizar mudanças. (PETI, 2004, p.04)

Desse modo ocorreu o interesse em saber até que ponto as atividades sócio-educativas ofertadas durante a jornada ampliada, contribuem efetivamente para a erradicação do trabalho infantil, visto que, foi observada a realização de um trabalho pedagógico e social com estas crianças.

O objetivo geral deste estudo foi analisar de que modo as atividades sócio-educativas desenvolvidas no PETI do CRAS Santa Maria contribuem para a erradicação do trabalho infantil no bairro. Para tanto, foram percorridos alguns objetivos específicos, entre os quais são: a) identificar as atividades sócio-educativas desenvolvidas no CRAS Santa Maria; b) discutir os princípios estruturadores do conteúdo e metodologias destas atividades; c) elaborar o perfil socioeconômico das crianças; d) verificar as mudanças na condição social destas crianças que estão inseridas no PETI.

Para o alcance dos objetivos, a pesquisa orientou-se pelos referenciais das metodologias empregadas em uma pesquisa qualitativa, porque a mesma permite ir além de números e dados, valorizando as entrelinhas de discursos e observações do processo em que as atividades sócio-educativas acontecem e como os sujeitos interagem no processo, porém também foram coletados dados quantitativos, que complementam os dados qualitativos, como a quantidade de educandos, de turmas, de educadores, a faixa etária e a estatística de meninos e meninas integrantes do programa.

Para realizar a pesquisa qualitativa, foi utilizada a coleta de dados por meio da aplicação de questionários contendo questões objetivas e subjetivas, junto à coordenadora e a seis educadores e entrevistas estruturadas com onze educandos do PETI.

O enfoque teórico-metodológico desta pesquisa se inscreve na perspectiva do materialismo histórico, que segundo Trivinõs (1987, p.51) “é a ciência filosófica do marxismo que estuda as leis sociológicas que caracterizam a vida da sociedade, de sua evolução histórica e da prática social dos homens, no desenvolvimento da humanidade.”

Neste sentido, foi necessário ter um detalhamento geral do trabalho infantil no Brasil para que pudesse analisar as atividades sócio-educativas promovidas pelo Programa atentando-se para as ações desenvolvidas no CRAS Santa Maria, em Aracaju, assim como as suas contradições, a partir da observação e descrição destas atividades considerando sua proposta pedagógica e a mudança na vida social destas crianças.

A partir da leitura de livros, dos respectivos autores, Áries (1988), Priore (1999), Nogueira (1993), Rizzini (1997), Reis (2002) entre outros e de teses e monografia de Santana (2006), Diniz (1999) e Farias (2003), publicadas na instituição Universidade Federal de Sergipe- UFS e com os resultados desta pesquisa, a monografia ficou estruturada em três capítulos.

O primeiro capítulo “Infância, capitalismo e trabalho infantil” trata do conceito de infância construído historicamente pela sociedade e da criança como força produtiva, discutindo a problemática do trabalho infantil, a partir do advento do capitalismo e, posteriormente, trata-se das leis que foram criadas para proteger e garantir os direitos da criança.

O segundo capítulo “O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil- PETI” evidencia o programa no âmbito nacional e estadual, apresentando o histórico do Programa no Brasil e em Sergipe, bem como a sua organização administrativa e metodológica.

O terceiro capítulo “Análise do PETI no CRAS- Santa Maria” descreveu a pesquisa de campo e as análises dos resultados obtidos. E, por fim, as Considerações Finais, na qual se realiza algumas reflexões conclusivas acerca do tema pesquisado.

## I CAPÍTULO

### INFÂNCIA, CAPITALISMO E TRABALHO INFANTIL

#### 1.1- A concepção de infância e o advento da Revolução Industrial

Entre os séculos X e meados do século XVI a criança era considerada pela sociedade da época um ser sem personalidade que passava por um momento de transição conhecida como a primeira idade do homem, a infância para muitos durava do nascimento até o quatorze anos de idade, sendo assim definida por Áries (1988, p.52)

Isso faz pensar também que no domínio da vida real, e não mais apenas no de uma transposição estética, a infância era um período de transição, logo ultrapassado, e cuja lembrança também era logo perdida.

Neste sentido a criança mal vivia sua infância, pois participava logo da vida dos adultos aprendendo seus trabalhos para assim fazê-los “a vida cotidiana das crianças estava misturada com a dos adultos, e toda reunião para o trabalho, o passeio ou o jogo reunia crianças e adultos”. (idem, p.52)

Pode-se observar que, até o século XVI a criança não possuía suas especificidades na sociedade do mundo ocidental, inclusive nas artes a qual retratava como um adulto em miniatura. Considerando que, a criança só diferenciava-se do adulto no tamanho e na força e em outros aspectos, eles eram iguais. Segundo Áries (1988, p.50 e 51), quando os artistas pintavam suas telas, como exemplo, ele cita a cena que retrata quando Jesus pede que venha a ele as criancinhas. As crianças apresentam estas características:

Ora, o miniaturista agrupou em torno de Jesus oito verdadeiros homens, sem nenhuma das características da infância, eles foram simplesmente reproduzidos em escala menor. Apenas seu tamanho os distingue dos adultos.

A partir do século XVII, a criança após o período de amamentação que durava até os quatro anos era afastada da família, para passar pela escolarização, este momento foi chamado de movimento de moralização pregado por reformadores católicos e protestantes. Desse modo, a partir deste século a família passava a ser considerada um lugar de afeição. Até a mortalidade infantil que era considerada alta e um fato banal começa a diminuir e existir uma maior proteção pela vida da criança.

Esse interesse pela criança precedeu em mais de um século a mudança das condições demográficas... Essa preocupação contra a varíola traduzia um estado de espírito que deve ter favorecido também outras práticas de higiene, provocando uma redução da mortalidade, que em parte foi compensada por um controle de natalidade cada vez mais difundido. (ARIES, 1981, p. 61)

No século XVIII o sentimento de infância instala-se na sociedade, a qual entende que as crianças têm suas particularidades e precisa assim viver com elas. O período de transição que possui a infância é entendido e dividido por três momentos, os quais Priore (1999, p. 84 e 85) descreve:

O primeiro ia até o final da amamentação, ou seja, findava por volta dos três ou quatro anos. No segundo, que ia até os sete anos, crianças cresciam a sombra dos pais, os acompanhando nas tarefas do dia-a-dia. Daí em diante, as crianças iam trabalhar, desenvolvendo pequenas atividades, ou estudavam a domicílio, com preceptores ou na rede pública, por meio das escolas régias, criadas na segunda metade do século XVIII, ou ainda aprendiam algum ofício, tornando-se “aprendizes”.

Além da mudança na concepção de infância no século XVIII, houve também uma mudança nas formas de trabalho, as habilidades humanas passavam a ser substituídas pelas máquinas por diversos motivos entre eles, a rapidez e a precisão com que elas funcionam. As transformações das formas de trabalho também acarretaram mudanças na vida da sociedade em todos os sentidos, o mundo vivia o que muitos da época chamaram de Primeira Revolução Industrial. Segundo Nogueira (1993, p.24)

Assim, a industrialização aparece no bojo de um movimento mais amplo que afeta praticamente todos os setores da vida social, das instituições políticas às mentalidades. Dentre os fatores mais freqüentemente assinalados pela história social distingue de um lado, o fenômeno da urbanização, isto é, a reunião de grandes contingentes populacionais nas cidades onde passa a se

concentrar o grosso das diferentes atividades: produtivas, administrativas, intelectuais e outras, e, de outro lado, a constituição de uma classe operaria composta tanto por mulheres e crianças quanto por adultos do sexo masculino, cuja sub-remuneração implicava em difíceis condições de existência.

Em séculos anteriores ao século XVIII, as crianças não eram isentas dos trabalhos em meio rural ou em casas de terceiros, junto com sua família, realizando tarefas como capinar ou guiar o rebanho e no caso das meninas executarem serviços domésticos.

Portanto não se pode considerar que o estopim para o trabalho infantil foi a Revolução Industrial, datada de fato no século XIX, porém o tipo de trabalho que as crianças eram submetidas nas fábricas era bem mais penoso comparado ao serviço tradicional já desempenhado por elas.

Seria, no entanto, errôneo supor que o trabalho infantil datado do século XIX e que foi a Revolução Industrial a responsável por ele, pois, em épocas anteriores, já se fazia uso da criança, embora sob outras formas. (NOGUEIRA, 1993, p.25)

Sabe-se que o capitalismo tem relação direta com a Revolução Industrial e nesta lógica a criança era explorada para garantir maiores lucros aos possuidores do capital, os quais usavam a mão de obra infantil estrategicamente obrigando de certa forma a toda família ter que trabalhar para sobreviver dignamente. Outro fator do uso capitalista de mulheres e crianças foi o advento da máquina Marx apud Nogueira (1993, p. 27) coloca:

À medida que a maquinaria torna a força muscular dispensável, ela se torna o meio de utilizar trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento corporal imaturo, mas com membros de maior flexibilidade. Por isso, o trabalho de mulheres e de crianças foi à primeira palavra de ordem de aplicação capitalista da maquinaria.

As condições de trabalho eram degradantes, elas sofriam maus tratos e sobrecarga de trabalho, principalmente as crianças que eram abandonadas, órfãs e indigentes e até mesmo aquelas que viviam com suas famílias, as quais dispunham a força produtiva de seus filhos, porque para sobreviver tinham que trabalhar e não tinham onde deixá-los.

As crianças permanecem nas usinas e freqüentemente sob a autoridade imediata de seus pais. Elas trabalham com eles, às vezes na mesma máquina, e não é raro que tenham já passado na usina sua primeira infância, desde o berço, porque assim suas mães podiam lhes vigiar. (MARX apud NOGUEIRA, 1993, p. 27).

A partir do século XIX, era da produção capitalista, houve transformações na sociedade em todos os aspectos entre eles os econômicos, políticos e sociais. A infância passa a ser considerada como objeto de interesse não só da família, mas também do estado e da igreja, desse modo pensava na defesa da criança como se estivesse defendendo o futuro da nação. Segundo Rizzini (2008, p.23), a criança deixa de ocupar uma posição secundária e mesmo desimportante na família e na sociedade e passa a ser percebida como valioso patrimônio de uma nação.

Concomitante com estas transformações, a Revolução Industrial traz consigo a intensa produção industrial que levou as crianças a serem sujeitos ativos do sistema capitalista e as transformações que esta Revolução trouxe para os processos de produção alteraram a estrutura social que, até então, era empregada na sociedade.

Assim no sistema capitalista a força de trabalho era vendida aos proprietários dos meios de produção em troca de um salário e toda forma de produção foi modificada inclusive, o controle do espaço e do tempo em que o trabalho era realizado. O processo de industrialização desse sistema condicionou uma série de problemas entre eles à miséria.

No Brasil este processo acontece por volta dos anos de 1885 a 1930, neste período ocorre um intenso processo migratório da classe trabalhadora para as cidades, aos poucos a sociedade brasileira se adequa ao capitalismo, as famílias de baixa renda por fornecerem mão de obra barata e por não terem escolarização adequada, acabam utilizando a força produtiva de seus filhos como estratégia de sobrevivência e se submetem a condições degradantes de trabalho, jornadas excessivas, falta de pagamento e até castigos físicos, no caso nas próprias crianças.

O trabalho infantil neste processo é utilizado pelas famílias brasileiras tanto no meio rural como no meio urbano, a família se torna uma unidade de trabalho e produção capitalista.

Na cidade, as crianças além de trabalharem nas fábricas e em serviços domésticos, elas também podiam trabalhar na economia informal, pois o capitalismo no Brasil aconteceu tardiamente e as leis trabalhistas já exigiam outras forças de trabalho.

O desemprego foi outro problema da chegada tardia do capitalismo nos países subdesenvolvidos e as bases do trabalho das crianças foram à pobreza, porque a estrutura mercadológica propiciava a entrada delas no mercado informal se tornando indispensáveis para a família, e o estado que, em nada ajudava acabar com esta situação. Reis (2002, p. 88) cita que: “Para as crianças e suas famílias, a escolha entre escola e trabalho faz parte da luta cotidiana pela sobrevivência.”

O trabalho das crianças geralmente era distinto pelo sexo, as meninas trabalhavam nas tarefas domésticas, na própria casa ou em casa de terceiros e os meninos no mercado informal e formal, neste caso, nas fábricas. O índice de crianças trabalhando em fábricas em 1901 era alto, segundo Pinheiro apud Reis, (2001, p.40)

O trabalho das crianças nas indústrias merece destaque. Em 1901 era bastante grande o número de crianças que trabalhava nas fábricas inclusive em turnos noturnos. Os menores representavam pelo menos a metade dos trabalhadores industriais, e 8% destes menores tinham menos de 14 anos. Em 1920 tinha-se no Brasil 290.085 menores trabalhando nas indústrias, o que significava 19,3% da população industrial total; na cidade de São Paulo este número era de 33.983 menores, representando 29,4 dos trabalhadores industriais; e no antigo Distrito Federal havia 40.149 menores trabalhadores, ou seja, 20% do total de operários industriais.

A partir destes dados vem à pergunta: se todas estas crianças que trabalhavam freqüentavam a escola ou todas eram excluídas do sistema de ensino da época? Posto que elas pertenciam a famílias pobres e eram utilizadas como forças produtivas. Como o ensino predominante era voltado para as elites burguesas, restavam às crianças pobres, políticas educacionais que não garantiam a sua permanência nas escolas e que as alienavam para a dominação. (REIS, 2001)

Nesta perspectiva, o trabalho mesmo pago com baixos salários era a solução encontrada pela família destas crianças e talvez, a única, porque como a mão de obra era mais barata, os empregadores a preferiam.

Gradualmente o trabalho infantil foi sendo recusado devido às leis trabalhistas e o desenvolvimento tecnológico das indústrias que começaram a exigir qualificação profissional adequada, mas isso não significou que as crianças deixassem de trabalhar, elas continuaram nos serviços domésticos e no mercado informal.

Estes dois tipos de serviço ainda desenvolvidos pelas crianças possuem as mesmas justificativas do tipo de trabalho industrial, a primeira respectivamente para “liberar os adultos, principalmente as mulheres, para o mercado de trabalho, e o trabalho na economia informal é uma forma perversa de camuflar a exploração do trabalho infantil, pois desloca para as famílias a responsabilidade da exploração.” (REIS, 2001, p. 106)

Ao passar dos anos o capitalismo contemporâneo no Brasil é marcado por esta situação, a partir da década de 1970 as transformações nas formas de trabalho caracterizam o surgimento da modernidade que esvazia a força humana nos trabalhos formais, gerando assim, um índice elevado de desemprego. Os modelos de produção que até então se destacavam o taylorismo<sup>4</sup> e fordismo<sup>5</sup> é substituído pelo o toyotismo<sup>6</sup>.

Com estas mudanças as relações da sociedade passam a centrar-se em práticas com um individualismo exacerbado, a educação neste sentido torna-se mais uma especificidade do capitalismo que a vê como um investimento. Emprega-se a então chamada Teoria do capital humano<sup>7</sup> no país.

---

<sup>4</sup> Sistema de organização do trabalho, especialmente industrial, baseado na separação das funções de concepção de planejamento das funções de execução, na fragmentação e na especialização das tarefas, no controle de tempos e movimentos e na remuneração por desempenho. (CATTANI, 1997, p. 247)

<sup>5</sup> Fordismo é um termo que se generalizou a partir da concepção de Gramsc, que o utiliza para caracterizar o sistema de produção e gestão empregado por Henry Ford... O processo de produção fordista fundamenta-se na linha de montagem acoplada à esteira rolante, que evita o deslocamento dos trabalhadores e mantém um fluxo contínuo e progressivo das peças e partes, permitindo a redução dos tempos mortos, e, portanto, da porosidade. (CATTANI, 1997, p. 89 e 90)

<sup>6</sup> Organização do processo de trabalho: aumento da unidade de trabalho – a tarefa, o ciclo de movimentos e ou operações a cargo de um indivíduo ou de um posto de trabalho-; a alternância de trabalhadores entre diversos postos, como instrumento de capacitação e motivação individuais. (CATTANI, 1997, p. 158)

<sup>7</sup> A teoria do Capital Humano apresenta-se sob duas perspectivas articuladas. Na primeira, a melhor capacitação do trabalhador aparece como fator de aumento produtividade... Na segunda perspectiva, a teoria do Capital Humano destaca as estratégias individuais com relações a meios e fins. (CATTANI, 1997, p. 35)

Desta forma, os dispêndios com educação passaram a ser considerados desejáveis, não apenas por razões sociais ou culturais, mas especificamente por motivos econômicos, e transformaram-se num investimento ligados a produção material. A educação passou, pois a ser concebida como dotada de um valor econômico próprio e considerada um bem de produção (capital) e não apenas de consumo. (LOMBARDI, 2002, p.22)

A educação a partir da década de 1980 sofre influências do ideário neoliberal<sup>8</sup> e cada vez mais, as relações sociais se transformam, as pessoas se individualizam, ficam alienadas e vendem sua força de trabalho sem compreender que podem mudar a situação que lhes incomodam, neste sentido a educação pouco ajuda para emancipação do ser humano que enfatiza somente as capacidades e competências mediante o que o mercado de trabalho exige.

As situações de miséria, exclusão, violência, crescimento do setor informal são aspectos do capitalismo desde a sua chegada no Brasil e não se diferencia na década de 1980. Em contrapartida a infância pobre no Brasil ganha a relevância como uma questão social sendo estudada nos meios acadêmicos, e também nesta década, há elaboração de campanhas e políticas públicas para erradicar o trabalho infantil, o que não foi suficiente para a sua erradicação, pois ele continua existindo pelo os mesmos motivos.

A Constituição Federal promulgada no ano 1988 garantia o direito à proteção social e o Estado realizava políticas assistencialistas compensatórias e paliativas, em 1990 o índice de crianças trabalhando em todas as regiões do Brasil chegava a mais de 20%, principalmente nas regiões nordeste e sul do país, as desigualdades sociais continuavam existindo e o trabalho infantil, também, retirando as crianças das atividades que elas realmente deveriam ter acesso que são educação, lazer e cultura.

Como se instalou na sociedade a idéia de que a criança era um ser em desenvolvimento que precisava de proteção, movimentos sociais e organizações governamentais e não governamentais começaram a agir em favor dela, a criança pobre neste caso, era alvo de

---

<sup>8</sup> A idéia básica do ideário neoliberal é a de que o setor público (O estado) é responsável pela crise, pela ineficiência, pelo privilégio, e que o mercado e o privado são sinônimos de eficiência, qualidade e equidade. Dessa idéia chave advém a tese do Estado mínimo e da necessidade de zerar todas as conquistas sociais, como o direito à estabilidade de emprego, o direito à saúde, educação, transporte público, etc. (GENTILI, 1995, p.83-84)

medidas beneficentes, educacionais, repressivas e programas assistenciais, as quais lhes moldavam para a submissão.

A estrutura econômica do país na década de 1990, em nada contribuía para a diminuição da pobreza, mesmo com os governos atuantes realizando políticas assistencialistas as camadas menos favorecidas permaneciam com os mesmos problemas, enquanto a concentração de renda continuava pertencendo as elites burguesas.

No governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva uma política assistencialista que se desenvolveu consideravelmente, foi o Bolsa-Família

“que é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. O Programa integra o Fome Zero que tem como objetivo assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a conquista da cidadania pela população mais vulnerável à fome<sup>9</sup>.”

Através deste Programa várias famílias brasileiras saíram da linha de extrema pobreza e a partir das exigências para o recebimento da bolsa, como manter seus filhos na escola, pois este Programa engloba outros, como o Bolsa- Escola. As crianças não ficaram tão vulneráveis à exploração do seu trabalho, desse modo, uma das medidas do atual governo, foi à adoção de programas de geração de renda.

## **1.2- As leis em proteção a infância**

O combate ao trabalho infantil é um dos principais desafios dos governantes de países subdesenvolvidos, as razões que fazem a existência desta força de trabalho vão da pobreza e desigualdade social à própria estrutura econômica da família. É importante destacar que não é só no Brasil que existe este problema, mas em vários países e o interesse por este assunto é visado por várias instituições internacionais.

---

<sup>9</sup> Disponível no site [www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br). Acesso em 06 nov. 2010

A OIT é uma delas criada em 1910, tem o objetivo de estabelecer normas para a proteção de crianças e adolescentes em situação degradantes de trabalho através de projetos e regularização de resoluções, pois defende a proibição do trabalho de crianças com menos de quatorze anos, permitindo que crianças e adolescentes com mais de quatorze anos trabalhe como aprendizes, no horário que não estiverem na escola.

No ano de 1943 foi promulgada a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, com isso, ficou estabelecido que crianças com menos de doze anos não poderiam trabalhar, o que já não respeita as normas estabelecidas pela OIT, pelo regime CLT é cumprida somente a norma que menores de dezoito anos não poderiam trabalhar a noite, outro documento criado em prol desta causa foi a Declaração Universal dos Direitos da Criança.

Em 1973 a OIT promulgou a convenção 138 que estabeleceu a idade mínima de quinze anos e ficou permanentemente proibido o trabalho noturno de pessoas com menos de dezoito anos. Os países membros teriam que aceitar esta exigência e o Brasil é um destes países, porém meninos e meninas com menos de quinze anos continuavam trabalhando.

A legislação trabalhista brasileira incluiu as normas da OIT, mudou-se a Constituição Federal promulgada em 1988<sup>10</sup> e em 1990 foi criado o Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA, que dispõem de leis em defesa da criança e da adolescência. Para o ECA, a pessoa é considerada criança até os doze anos e adolescentes as pessoas que tem mais de doze até os dezoito anos. No artigo quarto (1990, p.1) deste estatuto ficou estabelecido que

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade e à convivência familiar e comunitária.

Apesar da existência desta lei, e de várias outras para que ocorressem efetiva mudanças ou, pelo menos, tentativas para erradicar este problema, ainda é visível nas camadas populares a não garantia do cumprimento dos direitos constitucionais, principalmente, no que se refere lei da idade para o trabalho. No capítulo V artigo 60 do ECA

---

<sup>10</sup> Já citada na pagina 12.

(1990, p. 11) diz que “é proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz” o que de fato não acontece.

Na década de 1990, as leis trabalhistas impediam que o mercado formal contratasse crianças, mas com as situações que vivem suas famílias, resta o mercado informal para utilizá-las como a estratégia de sobrevivência, então elas passam a trabalhar em lixeiras, feiras, pesca, carvoaria, tráficos de drogas, prostituição, enfim, são inúmeras formas de trabalho que as crianças continuaram exercendo.

Em 1999, foi promulgada a Convenção 182 pela OIT que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e os estados- membros deveriam adotar conforme previsto no seu artigo 8º.

Providências para ajudarem mutuamente na aplicação das disposições desta Convenção por meio de maior cooperação e/ou assistência internacional, inclusive o apoio ao desenvolvimento social e econômico, o programa de erradicação da pobreza e à educação universal<sup>11</sup>.

Ainda nos anos 1990, no segundo mandato do ex- presidente Fernando Henrique Cardoso, foram criados programas sociais que visavam o combate a pobreza, a miséria, a exclusão social e a geração de renda, entre eles destacam-se, o Fome Zero, Bolsa Escola e o Programa de Erradicação do trabalho Infantil- PETI, este que teve uma maior abrangência no governo atual, porque todos os estados brasileiros são beneficiados, a destinação de recursos é maior e os índices de crianças exploradas diminuíram muito em relação a sua implantação.

No próximo capítulo veremos como aconteceu a sua implantação e como o programa está se desenvolvendo no país.

---

<sup>11</sup> Disponível em: <[www.oitbrasil.org.br](http://www.oitbrasil.org.br)>. Acesso em 25 out. 2010

## II CAPÍTULO

### O PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL- PETI

#### 2.1 A origem do PETI no Brasil

Considerar o trabalho infantil degradante a saúde física e mental das crianças deve ser uma preocupação não só do Estado, mas também da sociedade brasileira em geral. Sabemos que a divisão de classes foi gerada no mundo ocidental por causa do capitalismo e como nesse sistema para uma classe viver bem, precisa que outra seja menos favorecida, e assim os governos desenvolvem as políticas sociais para enfrentar as desigualdades sociais.

Política social pode ser contextualizada, da partida, do ponto de vista do Estado, como proposta planejada de enfrentamento das desigualdades sociais. Por trás da política social existe a questão social, definida desde sempre como a busca de composição pelo menos tolerável entre alguns privilegiados que controlam a ordem vigente, e a maioria marginalizada que a sustenta. (DEMO, 1994, p.114)

A participação de sindicatos, organizações governamentais e não governamentais e entre outros, no Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho infantil organizado como o apoio da OIT e do UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância e Adolescência), contribuíram para a criação do PETI, implantado pelo Governo Federal Brasileiro, em 1994.

O objetivo principal deste Programa é remover crianças e adolescentes na faixa etária de sete a quinze anos do trabalho considerado perigoso para o desenvolvimento físico e mental destes e oferecer atendimento em uma jornada ampliada complementando a vida escolar, além deste atendimento é ofertado também uma bolsa as famílias que vivem em situação de pobreza.

Em 1996 o PETI foi coordenado pela União com as Secretarias do Ministério da Previdência e Assistência Social, pelos estados com as Secretarias de Assistência Social, Educação e Saúde e pelos municípios que também contavam com o apoio das secretarias afins, sendo que todos trabalhavam em conjunto para desenvolverem o Programa.

O Programa atendeu inicialmente crianças que trabalhavam em carvoarias no estado Mato Grosso do Sul, um ano depois em 1997, foi implantado em Pernambuco e na Bahia por causa do índice de crianças trabalhando nos canaviais e pedreiras, passado dois anos, em 1999 o PETI já estava instalado em quatorze estados, entre eles estavam o estado do Rio de Janeiro e Sergipe. Com estes avanços qualitativos as destinações de investimentos no programa aumentaram.

Já no governo do presidente Lula, em 2004, este Programa passou a ser coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social de Combate à Fome (MDS) e foi implantado em todos os estados brasileiros, mas não deixou de ser executado e supervisionado por todas as esferas federais, estaduais e municipais. Além do âmbito do estado o Programa é controlado pelos os Conselhos Tutelares e do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.

Este Programa foi criado para aquelas famílias que vivem em situação de extrema pobreza e tem filhos de sete a quinze anos trabalhando tanto na área urbana, quanto na rural, respectivamente, estes trabalhos geralmente acontecem em feiras, lixões, comércio de drogas e em outras áreas como: as culturas de algodão, fumo, cana-de-açúcar, pedreiras, olarias, marcenarias, entre outros, estes tipos são considerados perigosos e degradantes pela convenção de número 182 da OIT.

Segundo o manual do PETI, 2004 o programa tem a centralidade na família<sup>12</sup> porque, além de retirar as crianças do trabalho e oferecer o atendimento na jornada ampliada, ele

---

<sup>12</sup> A assistência social dá primazia à atenção às famílias e seus membros, a partir do seu território de vivência, com prioridade àqueles com registros de fragilidade, vulnerabilidades e presença de vitimizações entre seus membros. A primazia da atenção às famílias tem por perspectiva fazer avançar o caráter preventivo de proteção social de modo a fortalecer laços e vínculos sociais de pertencimento entre seus membros e indivíduos, para que suas capacidades e qualidade de vida atem para a concretização de direitos humanos e sociais. (NOB-SUAS, 2005, p.16)

também promove ações sócio-educativas com a finalidade de gerar renda para que estas famílias possam se emancipar e garantir seu próprio desenvolvimento sem que espere somente pela ajuda das bolsas do governo.

A participação da família no Programa pode chegar aos oito anos, mas para que não perca o benefício do PETI, ela deve retirar seus filhos menores de dezesseis anos de qualquer forma de atividade laboral, também deve manter seus filhos na escola e na jornada ampliada e participar das atividades sócio-educativas que tem a finalidade de oferecer qualificação profissional para a família.

Este Programa é financiado pelo Fundo Nacional de Assistência Social e pode contar com a contribuição da sociedade e de entidades privadas. As famílias cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais recebem a transferência de renda direta através do Bolsa-Família, o valor da bolsa integrada a este programa depende da renda familiar, se a família mora na zona urbana ou rural e o número de crianças/adolescentes pertencentes a família. Porém se a criança não for retirada do trabalho e tiver a frequência mínima na escola e na jornada ampliada de 85% mensalmente, este auxílio é vetado.

Neste sentido, além do objetivo de erradicar o trabalho infantil, o Programa também tem os seguintes propósitos:

Possibilitar o acesso, a permanência e o bom desempenho de crianças e adolescentes na escola, fomentar e incentivar a ampliação do universo de conhecimentos da criança e do adolescente, por meio de atividades culturais, esportivas, artísticas e de lazer no período complementar ao da escola, ou seja, na jornada ampliada. (PETI, 2004, p.02)

O Programa tem uma proposta pedagógica que visa o trabalho integrado desenvolvido entre a família, escola e a jornada ampliada, mas não se garante a verdadeira ação se todos não participarem integralmente do que se é proposto, não só por causa de uma bolsa, mas também, pela consciência dos pais que, muitas vezes, preferem abnegar uma melhor qualidade de vida para seus filhos os impondo ao trabalho forçado. Segundo Abranches apud Diniz (1999, p.25):

[...] consomem mais horas de trabalho ou em busca de qualquer trabalho, horas que são subtraídas à educação e a busca de exercício de criatividade, à ação e ao lazer. Forçados sobre tal sobrecarga, de tantos modos desgastantes, para qual mobilizam toda a família, adultos íntegros, os inválidos, os velhos e as crianças, são impostas diante das imposições das necessidades que lhes retiram toda liberdade: não deixam escolha.

A jornada ampliada é uma ação educativa complementar à escola e foi elaborada para este fim, erradicar o trabalho e inserir as crianças ou adolescentes na escola. A proposta da jornada tem como eixo norteador os princípios do ECA e da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), promovendo assim o protagonismo dos seus usuários a fim dos mesmos conseguirem mudar sua realidade. Por isso, segundo o manual deve-se levar em conta as condições sócio-econômicas da comunidade onde esta ofertando a jornada para assim atender as suas necessidades.

É com este atendimento mais o oferecimento de uma bolsa, hoje vinculada à Bolsa Família, que estas crianças participam do Programa. Para Russo (2006).

Neste ano, num esforço de otimização, o governo está promovendo a integração do PETI com o Bolsa Família. No orçamento do PETI de 2006, os recursos (R\$ 325 milhões), a serem repassados às prefeituras municipais, são exclusivos para executar ações sócias educativas que, em verdade, constituem o diferencial positivo do PETI em relação a outros programas de transferência de renda e é isso que se quer reforçar mais a partir deste ano. Hoje, o PETI está presente em pouco mais de três mil municípios. Com a sua integração ao Bolsa Família, será possível beneficiar a totalidade dos 5.564 municípios brasileiros.

Segundo a proposta pedagógica do Programa, as atividades são divididas em dois núcleos intitulados de básico e específico o primeiro respectivamente tem a intenção de:

Enriquecer o universo informacional, cultural e lúdico de crianças e adolescentes, por meio de atividades complementares e articulares entre si, destacando aquelas voltadas para o desenvolvimento da comunicação, da sociabilidade, de habilidades para a vida, de trocas culturais e as atividades lúdicas. Apoiar a criança e o adolescente em seu processo de desenvolvimento, fortalecendo sua auto-estima, em estreita relação com a família, a escola e a comunidade. (PETI, 2004, p. 06)

E o segundo, tem o objetivo desenvolver atividades esportivas, culturais, artísticas e de lazer. A construção desta jornada ampliada foi feita por um setor educacional, na qual teve que elaborar uma proposta pedagógica que visasse o trabalho integrado com a família, a escola e a jornada ampliada onde todos em conjunto fossem participantes destas ações sócio-educativas, neste sentido:

[...] fica evidente a necessidade de essa ação constituir-se em uma proposta com planejamento prévio, cujas bases para sua construção estejam pautadas em dados concretos sobre a realidade de seus destinatários, inclusive com a dimensão adequada das necessidades e interesses do público alvo. Isso deve eliminar a possibilidade de execução de ações não planejadas. (PETI, 2004, p. 08)

A jornada ampliada é realizada pelas prefeituras municipais que devem oferecer o atendimento de segunda a sexta-feira durante quatro horas no turno que a criança não esteja na escola, durante a jornada, a criança tem que receber alimentação, materiais escolares e uniformes, sendo assim os governos municipais utilizam o Fundo Municipal de Assistência Social para o custeio da jornada e também deve pagar aos monitores (educadores), mas sem manter nenhum vínculo com a União.

Para que o PETI possa atingir os resultados esperados é necessário que toda comunidade interaja com a proposta do Programa e mantenha o controle das ações por meio dos Conselhos Tutelares e órgãos afins impedindo ou denunciando qualquer forma de exploração da mão de obra infantil, hoje o programa esta presente em todo o país.

O PETI atende mais de 820 mil crianças afastadas do trabalho em mais de 3,5 mil municípios. O programa reconhece a criança e o adolescente como sujeito de direito, protege-as contras as formas de exploração do trabalho e contribui para o desenvolvimento integral. Com isso, o PETI oportuniza o acesso à escola formal, saúde, alimentação, esporte, lazer, cultura e profissionalização, bem como a convivência familiar e comunitária.<sup>13</sup>

---

<sup>13</sup> Disponível em <[www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)>. Acessado em 02 dez. 2010

## 2.2 O PETI em Sergipe

O enfrentamento pela erradicação do trabalho infantil teve seu início em Sergipe em 1997, por causa do alto índice de exploração da mão de obra infantil em Boquim, município do estado, especificamente da região citrícola, sendo assim, este município foi o primeiro no estado a receber o Programa.

O PETI chegou a quatorze municípios sergipanos pertencentes à região citrícola, entre eles Arauá, Estância, Indiaroba e Lagarto. Em 1999, o Programa foi implantado em Aracaju no bairro Santa Maria e este foi integrado ao programa Bolsa-Escola Cidade Criança<sup>14</sup>, atingindo inicialmente as crianças que trabalhavam nas lixeiras, neste bairro que já havia um projeto intitulado “Fazendo Arte”, contando com trezentas crianças da região. A evolução do atendimento foi notável e no ano 2000, esse número já aumentara para 500, ainda no mesmo ano, chegaram aos mil atendimentos. (SANTANA, 2006)

Observa-se que em três anos de implantação do Programa no estado, houve um avanço significativo em relação aos números de beneficiados. Em 2001 o PETI já estava implantado em todo o estado, o que não quer dizer que em todos os municípios esse programa funcionou bem.

Segundo um relatório avaliativo (2001) do Programa, foi pontuado uma série de problemas que interferem no desenvolvimento do mesmo, entre estes se destacam a estrutura física inadequada, poucos monitores para a quantidade de crianças beneficiadas, a falta de articulação entre a escola regular e a jornada ampliada e da participação dos pais.

Em relação aos pais o Projeto de Geração de Renda, que tem o objetivo de promover a auto-sustentação, oportunizando qualificação para o trabalho, foi oferecido às famílias dos

---

<sup>14</sup> Este programa foi realizado pela Secretaria Municipal de Educação, nos bairros Santa Maria e Manoel Preto que destinava uma bolsa e proporcionava uma jornada extra-escola para as crianças pertencentes às famílias que possuam renda menor que R\$ 90.00 por pessoa, sendo que esta família deveria manter seus filhos na escola, com uma frequência de 90%.

integrantes do PETI no ano 2002, em apenas onze municípios do estado. Outro projeto que foi desenvolvido para a melhoria do PETI, foi o projeto piloto Baú da Leitura que foi financiado pelo UNICEF, o qual contou com a participação do Fórum de Erradicação de Trabalho Infantil e as Secretarias de Estado de Educação e Ação Social.

O PETI em Aracaju no ano de 2010 já está presente em quatorze bairros considerados periféricos como: o Coqueiral, Palestina, Jardim Esperança, entre outros. Este programa faz parte da proteção social básica e os responsáveis pelo seu acontecimento são Centro de Referência da Assistência Social- CRAS, o público deste centro é a população em situação de pobreza que tem os vínculos familiares prejudicados e sofrem por discriminações sejam elas etária, étnica, entre outras.

A jornada ampliada acontece nestes centros em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania- SEMASC, esta que disponibiliza os recursos humanos e materiais. A Prefeitura Municipal de Aracaju destinava o financiamento para empresas terceirizadas, as quais faziam a contratação dos servidores do CRAS.

Neste ano, foi realizado o primeiro concurso da SEMASC que ofereceu vagas a nível médio e superior, para os cargos de Educador Social, Psicólogo e Assistente Social. Neste concurso foram contratados 210 educadores para trabalharem nos Programas PETI e PRO JOVEM Adolescente.<sup>15</sup>

---

<sup>15</sup> Integrando a Política Nacional da Juventude, o programa objetiva trazer aos jovens uma política de intervenção com perspectiva inovadora, onde aglutina a educação básica, a qualificação para o trabalho e a ação comunitária aos adolescentes de 15 a 17 anos pertencente ao Programa Bolsa Família e egressos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Disponível em <[www.seides.se.gov.br](http://www.seides.se.gov.br)>. Acesso em 02 de dez. 2010.

### III CAPÍTULO

#### ANÁLISE DO PETI NO CRAS SANTA MARIA

##### 3.1- Um breve histórico do bairro Santa Maria e a descrição do PETI no CRAS

O bairro Santa Maria, era chamado até 1999 de Terra Dura e já pertenceu ao município de São Cristovão, hoje pertence à Aracaju e está situado na zona de expansão urbana da cidade e compreendem os conjuntos Santa Maria, Antonio Carlos Valadares, Marivan, Padre Pedro e outras comunidades.

Antes da sua urbanização, o bairro era considerado uma ocupação e não possuía água, rede de esgoto, energia, ou seja, não tinha infra-estrutura básica para oferecer moradia digna à população. Além disso, a destinação do lixo da cidade de Aracaju era neste bairro, sendo assim, muitas das famílias encontravam seu sustento na lixeira e se submetiam a situações degradantes de trabalho. Outro agravante deste lugar é o preconceito e a violência, porque ele na sociedade aracajuana é considerado uma favela.

O bairro é assim considerado porque todas as suas características a levam para essa denominação. Há falta de saneamento, a população é pertencente à classe média baixa e algumas estão em situação de extrema pobreza, há o predomínio do tráfico de drogas, da exploração da mão de obra infantil e são, por estes motivos, que a implantação do PETI em Aracaju aconteceu primeiro neste bairro.

O CRAS- Santa Maria foi fundado no ano de 2008<sup>16</sup>, que fica localizado na Avenida principal, número 2577, conjunto Antonio Carlos Valadares, bairro Santa Maria. O centro é

---

<sup>16</sup> Antes as atividades sócio-educativas promovidas pelo Programa aconteciam no Centro de Integração Raio de Sol (CIRAS).

instalado em um prédio com dois andares em bom estado de conservação, tem dezesseis salas amplas e arejadas, seis banheiros, uma cozinha e um pátio médio.

As atividades sócio-educativas são desenvolvidas nas salas do primeiro andar do prédio, elas acontecem de segunda a sexta pela manhã de 8:00 às 11:00 horas e pela tarde das 14:00 às 17:00 horas, freqüentam o PETI cento e dezenove educandos, sendo sessenta e oito meninos e cinquenta e uma meninas.

As turmas são divididas pela faixa etária e ficam assim os educandos de sete a onze anos pertencem a uma turma e os que têm doze a quinze anos ficam em outra, no CRAS tem três turmas pela manhã e três pela tarde, totalizando seis turmas que ofertam as atividades do Programa.

O manual que norteia as atividades sócio-educativas do Programa, segundo a coordenadora do CRAS, é adaptado a partir do manual do PRO JOVEM Adolescente que é elaborado pelo Ministério de Desenvolvimento Social (MDS). Ainda segundo a coordenadora, existe articulação entre a escola e a jornada ampliada, porque ela envia previamente a coordenação da escola em que os educandos do PETI estudam o planejamento para que aconteça a integração das atividades trabalhadas.

Ao perguntar à coordenadora, através de questionário, se existe algum dado comparativo das crianças que trabalhavam e deixaram de exercer uma atividade laboral, após sua entrada no PETI, ela respondeu que sim, “porém são dados não em números, mas em participação do usuário nas reuniões (mães do PETI)”, esta resposta não deixou claro se existe ou não essa estimativa, a qual deveria existir, pois é um dado quantitativo imprescindível para a própria avaliação do Programa no bairro.

Também foi questionado à coordenadora se existia alguma dificuldade em desenvolver o Programa no bairro, a mesma respondeu que não.

### 3.2- Os educadores do PETI

O CRAS- Santa Maria tem nove educadores, todos concursados pela Prefeitura Municipal de Aracaju, durante a pesquisa de campo foi aplicado questionários com seis educadores, entre estes, cinco possuem nível superior com formações variadas: Serviço Social, Direito, Biologia e Letras português-francês e um possui nível médio.

Para compreender como estes educadores trabalham foi aplicado um questionário com questões subjetivas e objetivas, a primeira delas foi, qual era a opinião deles sobre o trabalho infantil, os educadores responderam que:

“Uma falta de respeito, tanto por parte das autoridades competentes quanto da sociedade que se aproveita dos mais fracos. O poder constituído pelas injustiças dos seus altos salários, portanto, em parte, responsável pela miséria do nosso país; a sociedade privilegiada por se aproveitar dessa miséria em benefício próprio, explorando-os. (Julia<sup>17</sup>- educadora entrevistada)

“Considero o trabalho infantil como uma falta de respeito com a infância, a meu ver criança deve brincar e estudar. Porém a realidade de muitas famílias não permite que a criança tenha uma infância sadia, apesar das mudanças trazidas pelos os benefícios sociais.” (Maria-educadora entrevistada)

“O trabalho infantil é o principal fator de atraso nos estudos das crianças, além de comprometer seu desenvolvimento como um todo.” (João- educador entrevistado)

“Deve ser erradicado, pois prejudica o desenvolvimento físico e psíquico das crianças e adolescentes.” (Ana - educadora entrevistada)

---

<sup>17</sup> Os nomes dos educadores entrevistados são fictícios para preservamos a privacidade deles.

“Um forte e comprometedor empecilho para a o desenvolvimento psico-social das crianças e adolescentes.” (Rosa- educadora entrevistada)

“Violação dos direitos humanos. Política assistencialista dentre outros.” (José-educador entrevistado)

É importante observar quais são os valores que os educadores têm sobre o trabalho infantil, porque o papel deles é de fundamental importância para que as atividades aconteçam, eles podem ser os verdadeiros agentes da transformação social destes educandos, levando-os a pensar criticamente sobre sua realidade, neste sentido as crianças que tiverem esta capacidade de refletir sobre sua realidade poderão se impor contra a opressão e a exploração e contribuir com a sociedade, tornando-a melhor.

Foi perguntado aos educadores qual era a visão deles sobre o Programa, e obtivemos as seguintes respostas: Quatro dos seis entrevistados responderam que teoricamente o Programa é bom, porém na prática deixa a desejar por diversos motivos, entre os quais falta de materiais físicos e humanos, acrescento com a fala da educadora Julia que disse: “louvável no papel, no entanto, deixa a desejar na prática, principalmente com relação às atividades desenvolvidas que fogem completamente do objetivo inicial, que é garantir os direitos do cidadão como esporte e lazer.”

Ana (educadora) respondeu que “é um bom paliativo, mas para que houvesse maiores resultados é necessário mais investimentos, principalmente, em opções que acrescentassem no seu desenvolvimento como artes, música e teatro.”

Pelas respostas fica visível entender que a maioria dos educadores não tem uma visão deslumbrada do Programa, o que em parte é bom se eles tiverem uma consciência política e social que os encorajem a mudar a situação que eles trabalham, por outro lado, não, porque podem se acomodar e precarizar ainda mais as atividades, neste caso, o seu trabalho seria alienado e pouco eficaz nas mudanças da realidade destas crianças.

No entanto, para que eles possam ter esta consciência do seu papel, deveriam ter pelo menos uma capacitação específica, visto que, o nível exigido para a aprovação no concurso foi o nível médio, apesar disso cinco dos educadores entrevistados possuem o ensino superior, somente um tem a formação considerada mais adequada para esta função que é Serviço Social.

Desse modo a falta de um profissional formado em pedagogia é gritante porque as atividades sócio-educativas exigem um acompanhamento pedagógico que as direcionem para a efetiva transformação destas crianças, além disso, um profissional desta área tem formação necessária para trabalhar com crianças desta faixa etária.

Em 2009 a equipe do CRAS era formada por duas orientadoras pedagógicas que davam suporte aos educadores e estes tinham formação para trabalhar com as crianças mediante a oficina que ministravam, por exemplo, a oficina de esporte tinha uma educadora formada em Educação física, a de percussão o educador era músico e a de teatro era ministrada por uma estagiária de teatro e eu quando fui chamada para estagiar neste CRAS foi por causa da formação que estava tendo no caso a Pedagogia. Após o concurso esta equipe foi demitida e esta ficou formada somente pelos educadores e assistentes sociais e psicólogos.

Neste caso, a capacitação é um condicionante importante para a realização deste trabalho, porém não seria a única garantia para um bom trabalho com estas crianças. Ao serem questionados sobre este assunto houve contradições nas respostas, porque três responderam que sim, um respondeu que teve 20% de capacitação específica para a profissão e dois responderam que não, o que deixa confuso e refletindo se a capacitação foi oferecida para todos os educadores.

Foram questionados também sobre as atividades desenvolvidas durante a jornada ampliada. Todos responderam que fazem atividades de cidadania com as seguintes metodologias: leitura de textos, exibição de filmes, debates, confecção de cartazes e também realiza atividades lúdicas como passeios, brincadeiras e jogos esportivos. As fotos abaixo foram feitas por mim em visita ao CRAS Santa Maria.



Cartazes confeccionados pelos os educandos do PETI.



Os educandos do Programa jogando dama.



Sala de leitura do CRAS Santa Maria

Em conversa informal, perguntei a eles se tinha algum manual para orientar as atividades. Eles disseram que não, contradizendo a resposta da coordenadora, afirmaram que a SEMASC dita um tema transversal e eles elaboram um planejamento mensal para ser aplicado com os educandos, ainda em conversa questionei se eles elaboram algum relatório de atividades para analisarem o que aconteceu ou não no planejamento, responderam que não, somente fazem este planejamento, porque é entregue a SEMASC.

Partindo do pressuposto que as atividades devem partir da realidade dos educandos fica difícil compreender se isso de fato acontece, já que os temas a serem trabalhados com os educandos vem de uma parte externa à comunidade, elaborado a quatro paredes, o que nos remete a uma interrogação: será que promover o tão falado protagonismo juvenil é isto?

Segundo Freire “de nada serve, a não ser irritar o educando e desmoralizar o discurso hipócrita do educador, falar em democracia e liberdade, mas impor ao educando a vontade arrogante do mestre.” (2004, p. 66)

Os educadores são os conhecedores ou deveriam ser os conhecedores da realidade destes educandos e dessa forma, eles em coletivo é que deveriam organizar o planejamento, porque eles (os educandos) se sentiriam responsáveis pela construção e se entusiasariam mais para participar das atividades, visto que, existe evasão, segundo os educadores, na jornada ampliada.

Observa-se com a pesquisa que os educadores encontram desafios em realizar as atividades e esta percepção foi confirmada pela resposta de cinco educadores, os quais destacaram a falta de materiais físicos e humanos, falta de capacitação e a repulsa dos educandos. Somente um respondeu que não encontrou nenhum desafio.

Estes desafios estão presentes em várias salas de aula, mesmo tendo professores licenciados, e como o papel destes educadores perpassa também na formação destes educandos, eles deveriam assumir tal função e promover a motivação destas crianças, dialogando e os valorizando, porque mesmo reconhecendo que os educadores não podem ser os únicos responsáveis pelas transformações, eles possuem um papel importante. Podem contribuir para transformar a vida de cada educando e, conseqüentemente, das famílias, já que todos os educadores entrevistados consideram que o Programa é importante para estas.

Também foi perguntado aos educadores se houveram mudanças nos educandos após seu ingresso no PETI, todos eles responderam que sim e destacaram que houve melhoria de comportamento, “ficaram mais sociáveis”, “desenvolveram a fraternidade e a compaixão” e se tornaram mais extrovertidos.

São questionáveis estas mudanças, pois os objetivos do Programa são diversos e não foram citados, pelas respostas dos educadores fica evidente que a transformação está apenas no comportamento que as crianças devem ter perante eles e seus valores e não direcionados aos objetivos do Programa.

Será que estas crianças não têm fraternidade e compaixão, ao ponto deles terem desenvolvido estes sentimentos nelas? Esta indagação remete a outras questões já citadas, como exemplo, os desafios que eles encontram depois de um ano de trabalho<sup>18</sup> ainda são esses por causa do mau comportamento dos educandos? Existe evasão pela falta de vontade destes educandos em participar das atividades ou existe pela falta de estímulo por parte dos educadores e das condições em que o Programa se desenvolve?

A última questão levantada aos educadores foi se o Programa mudou de alguma forma a vida profissional e pessoal deles, todos responderam que sim, na vida pessoal eles disseram que foi um desafio, que puderam ter uma visão diferenciada da realidade do país e do bairro se despidendo de alguns preconceitos, sobre o trabalho, eles alegaram ter se tornado mais paciente e envolvidos na atividade.

Para refletir sobre esta questão e analisá-la é necessário perceber que estes educadores são professores, na medida em que eles representam este papel para os educandos, e pelas respostas desta última questão, é possível enxergar que todos de alguma forma sentiram o comprometimento que esta função exige segundo Freire (2004, p.97 e 98):

[...] não é possível exercer a atividade do magistério como se nada ocorresse conosco. Como impossível seria sairmos na chuva expostos totalmente a ela, sem defesas, e não nos molhar... Daí, então, que uma das minhas preocupações centrais deva ser a de procurar a aproximação cada vez maior entre o que digo e o que faço entre o que pareço ser e o que realmente estou sendo.

### **3.3- Os educandos do PETI**

Foi realizada entrevista estruturada com onze educandos do PETI com a finalidade de identificar os impactos desse Programa na sua vida e coletar informações sobre eles, as entrevistas foram realizadas pela manhã, no CRAS- Santa Maria.

---

<sup>18</sup> Porque eles começaram a trabalhar em março depois da convocação da Prefeitura Municipal de Aracaju.

Os primeiros dados coletados foram à idade, neste caso foram escolhidos os mais velhos, por ter entrado há mais tempo e possuem uma visão maior do Programa, o ano que estão na escola e quanto tempo eles estão no PETI. Não coletamos os nomes deles, por isto os identificamos pelas letras do alfabeto.

Tabela dos dados sobre os educandos do PETI

Educando	Idade	Ano escolar	Tempo que estão no PETI
A	15 anos	1° Ensino Médio	7 anos
B	15 anos	1° Ensino Médio	8 anos
C	15 anos	8° Ensino Fundamental	6 anos
D	15 anos	8° Ensino Fundamental	5 anos
E	15 anos	8° Ensino Fundamental	Não sabia responder
F	15 anos	7° Ensino Fundamental	4 anos
G	14 anos	7° Ensino Fundamental	3 anos
H	14 anos	7° Ensino Fundamental	2 anos
I	14 anos	7° Ensino Fundamental	1 ano
J	13 anos	6° Ensino Fundamental	1 ano
K	13 anos	5° Ensino Fundamental	6 meses

Foi possível perceber pela tabela, que todos os educandos estudam, e a maioria está na escola no ano correspondente a sua idade e frequentam pelo menos há um ano o PETI. Após a coleta destes dados foi questionado se eles trabalhavam, todos eles responderam que não e que nunca deixaram a escola para trabalhar e que consideram a escola importante, somente

dois alegaram que trabalhavam antes de entrar no PETI nas feiras do bairro “pegando carrego”, ou seja, levando as mercadorias dos clientes em carrinhos de mão.

Como não foi possível obter dados em relação à saída das crianças do trabalho para o ingresso no PETI, é difícil analisar se realmente estas crianças não trabalhavam antes de entrar no Programa, o que aparenta pelas respostas é que a maioria não trabalhava mesmo, e o objetivo destas crianças estarem nele é de prevenir o trabalho precoce. Um dos educandos entrevistados disse que “minha mãe colocou eu aqui pra eu não ficar na rua” (Entrevistado C).

Foi questionado se o PETI mudou a vida deles e da família, cinco responderam que não, um disse que mais ou menos e cinco afirmaram que sim, por diversos motivos, o mais citado foi por causa da bolsa, um educando falou “mudou porque a gente passava mais necessidade e a agora não, por causa da bolsa, do dinheiro...”, os outros foram “porque não fico na rua”, “porque aprendi”, nenhum falou porque deixou de trabalhar e não fizeram relação com a vida familiar.

Ocorreu a seguinte indagação se não tivesse a bolsa inclusa na Bolsa- Família os pais os colocariam no PETI, seis responderam que sim, um deles disse “quando eu não vinha pra aqui eu ficava na rua brincando e agora não eu fico aqui e minha mãe não fica preocupada”, quatro responderam que não e um não sabia responder. Pelas respostas pode-se inferir que os pais utilizam os benefícios do Programa como um lugar para deixarem seus filhos para irem trabalhar e evitar assim, que os mesmos fiquem nas ruas entregues à própria sorte.

Foi perguntado às crianças sobre as atividades sócio-educativas, pois estas se inscrevem nos objetivos desta pesquisa, a primeira indagação foi se as atividades desenvolvidas no Programa auxiliavam na escola, sete dos onze entrevistados responderam que não, inclusive um educando começou a rir quando fiz esta pergunta, dois disseram que mais ou menos e dois que sim.

É necessário lembrar que a coordenadora disse que tinha articulação entre a jornada ampliada e a escola, o que confronta com as respostas dos educandos, visto que a maioria dos entrevistados disse que as atividades não ajudam na escola, podemos também analisar isto com uma resposta dos educadores, quando afirmaram que a teoria do Programa é boa, porém na prática não se pode dizer o mesmo.

Ainda sobre as atividades sócio-educativas eles responderam que “não gostam, acham chato”, que “preferia como era antes”<sup>19</sup>, sugeriram que deveria ter mais oficinas e leituras de textos. Uma das educandas disse que: “não gosto de nada, porque não passa nada fica só sentada a manhã toda” foi perguntado o que ela mudaria se tivesse esse poder, ela respondeu “ professores, porque a maioria é tudo mal-educado e, as atividades.” (Entrevistada G)

Durante a pesquisa de campo foram observadas as seguintes atividades: nas três turmas da manhã foi visto em duas turmas à realização de atividades recreativas como jogos de dama, dominó, alguns educandos lendo livros e na outra a exibição de filmes.

Em conversa com os educandos, ocorreu a seguinte informação, que um dia da semana (quinta-feira) eles vão para a sala de leitura, quarta-feira são realizadas atividades de lazer, eles vão para a quadra de esporte de uma escola vizinha, e nos outros dias da semana fazem estas atividades, que chamam de “atividades de cidadania”.

A falta de planejamento que atenda as necessidades destes educandos é algo perceptível neste programa, pelas respostas coletadas é grande a falta de estímulo tanto dos educadores quanto dos educandos, observa-se isso até pela quantidade de crianças frequentando o Programa no bairro, quando estagiava no CRAS, em 2009 o número de crianças era 216 e a coordenação já achava pouco, fizemos até campanha para aumentar este número e agora em 2010, este número diminuiu para 119, neste sentido, nos perguntamos onde estarão estas crianças que evadiram?

---

<sup>19</sup> Antes do concurso a jornada ampliada era organizada por oficinas esportivas e culturais, neste CRAS tinha oficina de percussão, teatro, artes, judô, esporte em geral e cidadania e os educadores tinham as habilidades necessárias para cada oficina.

Pelos números apresentados pelo o governo, o Programa esta ajudando a retirar as crianças do trabalho e a prevenir, mas o que esta sendo percebido é que a permanência destas crianças no Programa não é a garantia da efetiva qualidade do PETI.

A última questão feita aos educandos foi sobre o que eles esperam para o futuro, todos responderam que esperam boas coisas e se referiram principalmente ao trabalho, somente dois se referiam a completar os estudos. Felizmente estas crianças/adolescentes fizeram menção ao trabalho como uma coisa boa, visto que talvez, se estas fossem exploradas desde pequenas não pensariam de tal forma, viriam o trabalho como algo ruim e provavelmente, não desejariam para os seus futuros ter que trabalhar.

Segundo Enguita (1989, p.10) “o trabalho é necessário para a reprodução da vida humana, mas é algo mais que sua mera reprodução mecânica. Ele incorpora um elemento de vontade que o converte em atividade livre e, de maneira geral, na base de toda a liberdade.” O que é desejado que estas encontrem esta liberdade.

#### IV CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente são realizados trabalhos que retratam a infância pobre no Brasil, e consequentemente o trabalho infantil, mas mesmo com trabalhos realizados nesta perspectiva é visível a presença das crianças nas ruas, pertencentes ao mercado do trabalho informal, atrás da sobrevivência de sua família e fora da escola. Ainda no país as causas que levam estas crianças a vender precocemente a sua força de trabalho são as mesmas do advento do capitalismo no Brasil.

Porém, não podemos deixar de comentar que alcançamos muitos objetivos no tocante à erradicação do trabalho infantil, a própria OIT elogiou o país pelas conquistas dos últimos anos em prol desta causa, as regiões brasileiras que mais se encontravam com este problema como exemplo o Nordeste, tiveram uma redução significativa no índice de crianças trabalhando e o estado de Sergipe chegou a ocupar a primeira posição possuindo a menor concentração de exploração do trabalho infantil desta região (SANTANA, 2006).

As organizações internacionais como a OIT e a UNICEF apontam como um dos fatores decisivos para esta redução o PETI, que teve sua origem no Brasil no ano de 1996, mas teóricos como Demo (1994) acredita que estas políticas sociais são compensatórias, não resolve o problema de fato e alienam a população afastando-a da verdadeira realidade que vivem, além de não promoveram a transformação social destas pessoas.

Sendo assim as desigualdades sociais não se acabam desta forma, seria necessário a reestruturação do sistema, para que o problema aqui discutido realmente acabasse, segundo Demo neste caso, programas efetivos de geração de renda que garantissem a auto sustentabilidade destas famílias seria a política social ideal.

Rizzini (1997) segue por este mesmo pressuposto afirmando que institucionalizar uma ação emergencial como se fosse à solução definitiva do problema, só trará como

resultado, o fracasso da política governamental. Para que um núcleo familiar viva dignamente seria necessário que este tivesse uma renda que possibilitasse sua sobrevivência sem que seus filhos menores de idade trabalhassem, para tanto as políticas públicas deveriam garantir esta situação em longo prazo.

Mediante o que foi exposto foi possível verificar que o PETI enquanto política assistencial resolve o problema em parte ou pelo menos previne, porque a sua existência não garante a efetiva erradicação do trabalho infantil. Através da pesquisa realizada no CRAS-Santa Maria identifica-se que o PETI possui deficiências que fazem com que as crianças evadam e voltem para as ruas ou simplesmente, acreditem que estão no Programa por causa da bolsa inclusa no Bolsa- Família e quando esta acabar, provavelmente, voltarão para a situação que estavam.

Desse modo entende-se que, as crianças que participam destas atividades sócio-educativas, deveriam ser conduzidas a refletir sobre o seu papel na sociedade enquanto cidadãos e garantir sua autonomia frente aqueles que as submetem a condições degradantes de trabalho, mesmo depois que seu ciclo no PETI acabe, para assim, não cometer os mesmos erros de seus pais de aceitarem ser oprimidos, os quais se sentem incapazes de mudar a situação em que vivem e ficam acomodados pelos os programas de assistencialismos do governo. Freire (1987, p.35) fala sobre “medo de participação”

Os oprimidos, contudo acomodados e adaptados, imersos na própria engrenagem da estrutura dominadora, temem a liberdade, enquanto não se sentem capazes de correr o risco de assumi-la. E a temem, também, na medida em que a luta significa uma ameaça, não só aos que a usam para oprimir, como seus “proprietários exclusivos”, mas aos companheiros oprimidos, que se assustam com maiores repressões.

As questões que interferem na qualidade do Programa vão da estrutura política até a sociedade que nela esta envolvida, a diferença deste Programa está nos eixos norteadores, porque a sua proposta não objetiva somente a erradicação do trabalho, mas também a inserção das crianças na escola.

Desse modo foi constatado que os educandos do PETI estão frequentando a escola, o que já é um avanço, porém não existe nenhuma articulação das atividades sócio-educativas com a escola e neste sentido, as atividades para estas crianças não auxiliam na vida escolar, o que seria importante, visto que, estas crianças poderiam ter dificuldades de aprendizagem devido a problemas pessoais e a jornada ampliada atuaria nesta dificuldade.

Os educandos demonstraram insatisfação em estar na jornada ampliada, apesar deles terem a oportunidade de estar brincando, passeando, relataram que queriam coisas diferentes, pois não gostam de fazerem as mesmas atividades todos os dias, ficou claro também a falta de vontade dos educadores em realizar com criatividade e compromisso as atividades. O que em parte não é culpa somente deles, mas também do sistema que formulam a proposta do Programa, no entanto não colocam em prática o que propõem.

As transformações citadas durante a pesquisa pelos educandos foram apenas econômicas, porque eles viram que a bolsa auxiliou a vida financeira de seus pais, já os educadores citaram que as crianças tiveram mudanças comportamentais como à desenvoltura e a sociabilidade, depois do ingresso no Programa, os educadores também alegaram ter sofrido mudanças na sua vida pessoal e profissional.

Diante do que foi exposto, pode-se inferir que o PETI causou um impacto de certo modo positivo para a família destas crianças no tocante a renda familiar, porque elas recebem uma bolsa e tem onde deixar seus filhos para irem trabalhar. Desse modo, a questão norteadora desta pesquisa de saber até que ponto as atividades sócio-educativas ofertadas durante a jornada ampliada contribuem efetivamente para a erradicação do trabalho infantil, visto que, observamos a realização de um trabalho pedagógico e social com estas crianças além do pagamento de uma bolsa, foi respondida.

As atividades sócio-educativas não são o foco central da efetiva erradicação do trabalho infantil no bairro, porque ficou evidenciado na pesquisa que a maioria dos pais colocam seus filhos no PETI, primeiramente por causa da bolsa e porque, o CRAS é um lugar para abrigar seus filhos enquanto eles vão trabalhar, outro fator que mostrou a ineficácia das atividades foi a evasão, nessa perspectiva o Programa apresenta limitações que comprometem a sua efetividade.

Por fim, podemos verificar com os resultados da presente pesquisa a necessidade de que outros estudos sejam realizados no sentido de ampliar e aprofundar as reflexões sobre a importância do PETI para a erradicação do trabalho infantil na sociedade contemporânea.

## V REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARACAJU, Prefeitura Municipal de Aracaju. Proposta pedagógica do Programa de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. Aracaju, 2004.
- ARIES, P. História Social da criança e da família, Zahar editora, RJ, 1988.
- BRASIL, Ministério da previdência e Assistência Social. Manual de orientações do PETI, 2º edição. Brasília-DF: 2004.
- BRASIL, Ministério da previdência e Assistência Social. Programa de Erradicação do Trabalho infantil – PETI. Disponível em: <[www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)>. Acesso em 06 nov. 2010.
- BRASIL, Ministério da previdência e Assistência Social. Norma Operacional Básica- NOB. Disponível em: <[www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)>. Acesso em 23 nov. 2010.
- DEMO, P. Política social, educação e cidadania. Campinas, SP; Papyrus, 1994.
- DINIZ, N. A acidez dos laranjais: o trabalho infantil na ótica das crianças e adolescentes trabalhadores da citricultura em Boquim-Se- Dissertação de Mestrado, UFS, Núcleo de Pós-Graduação e pesquisa m Ciências Sociais (NPPCS) UFS. São Cristóvão/SE, 1999.
- CATTANI, A. Taylorismo. In: Trabalho e Tecnologia: Dicionário crítico. Rio de Janeiro, Vozes, 1997.
- CATTANI, A. Fordismo. In: Trabalho e Tecnologia: Dicionário crítico. Rio de Janeiro, Vozes, 1997.
- CATTANI, A. Modelo Japonês. In: Trabalho e Tecnologia. Rio de Janeiro, Vozes, 1997.
- CATTANI, A. Capital Humano. In: Trabalho e Tecnologia. Rio de Janeiro, Vozes, 1997.
- ENGUITA, M. O trabalho atual como forma histórica: In. A Face Oculta da Escola: educação e trabalho no capitalismo, Porto Alegre, Artes Médicas, 1989.
- FARIAS, I. Usuários do Programa de Erradicação do trabalho Infantil/ PETI: acomodação ou estratégia de sobrevivência? São Cristóvão/ SE, UFS, 2003.
- FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. 27º edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

GENTILI, P.(Org.). *Pedagogia da Exclusão: o neoliberalismo e a crise da escola pública*. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1995.

HAGUETTE, T. M. F. *Metodologias qualitativas na Sociologia*. 5° ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOMBARDI, J. C. *Capitalismo, trabalho e educação*. Campinas, SP: Aurores Associados, 2002. 163 p. (Coleção educação contemporânea)

MELO, E. A. de S. *Erradicação da exploração do trabalho da criança e do adolescente*. Goiana/ GO, UCG, 2002.

NOGUEIRA, M. A. *Educação, saber, produção em Marx e Engels*. 2. Ed., São Paulo: Cortez, 1993.

PRIORE, M. D. (org.) *História das crianças no Brasil*, editora Contexto, SP, 1999.

RIZZINI, I. *O século perdido: Raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. Rio de Janeiro, Petrobrás- BR: Ministério da cultura: USU Ed. Universitária, Amais, 1997.

RUSSO, O. *Peti: Integrar para erradicar*. JB online, 2006. Disponível em: <[www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)>. Acesso em 06 junho 2010.

SANTANA, M. P. C. *Políticas sociais e inclusão no Brasil: O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil- (PETI), em Itabaiana/SE- 2000/2005- Dissertação de Mestrado, UFS, Núcleo de Pós- Graduação e pesquisa m Ciências Sociais (NPPCS) UFS. São Cristóvão/SE, 2006.*

TOZONI-REIS, M.F.C. *Infância, escola e pobreza: ficção e realidade*. Campinas, SP: Autores Associados, 2002. (Coleção Educação Contemporânea).

TRIVINÕS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo, Atlas, 1987.

## VI APÊNDICES

## Apêndice A: Questionário

## Questionário para a coordenação

OBJETIVO: Coletar informações sobre o PETI e como ele acontece.

Nome da coordenadora:

1- Qual é endereço do CRAS e o ano de sua fundação?

2- Quantas crianças são integrantes do PETI?

3- Qual é a média numérica de:

Meninos

Meninas

4- Quantas turmas têm?

Manhã:

Tarde:

5- Quais são os critérios de divisão das turmas?

6- Quantos dias são realizados as atividades por semana e quantas horas?

7- Quantos educadores trabalham no PETI?

8- Existe manual que orienta o eixo norteador das atividades sócio-educativas?

( ) Sim

( ) Não

Qual?

9- Existe articulação entre a escola e as atividades realizadas no programa?

( ) Sim

( ) Não

Como se dá?

10- Existe algum dado comparativo das crianças que trabalhavam e saíram para entra no PETI?

( ) Sim

( ) Não

Qual?

11- Existem dificuldades em desenvolver o programa aqui no bairro?

( ) Sim

( ) Não

Quais?

## Apêndice B: Questionário

## Questionário para os educadores

OBJETIVO: Coletar informações com os educadores a respeito dos educandos integrantes do PETI durante as atividades sócio-educativas e o que eles pensam sobre o programa.

1- Qual são o seu nível de escolaridade e sua formação?

- Ensino Médio
- Ensino Superior

2- Você participou de alguma capacitação específica para atuar no PETI?

- Sim
- Não

3- Qual sua opinião sobre o trabalho infantil?

4- Qual a sua visão sobre o programa?

5- Existe evasão na jornada ampliada?

- Sim
- Não

6- Que atividades são desenvolvidas durante a jornada ampliada?

7- Você tem alguma dificuldade em desenvolver as atividades sócio-educativas?

- Sim
- Não

Qual?

8- Você considera esse programa importante para a família do educando integrante do PETI?

- Sim

Não

9- Que tipo de mudança você identifica nos alunos após seu ingresso no PETI?

10- Esse programa trouxe algum tipo de mudança na sua vida pessoal e profissional?

Sim

Não

Quais?

## Apêndice C: Roteiro de entrevista

### Roteiro de entrevista para os educandos

Objetivo: Coletar informações sobre os alunos integrantes do PETI, com a finalidade de identificar os impactos desse programa na sua vida.

1- Idade

2- Há quanto tempo você está no PETI?

3- Você trabalha atualmente? Em que?

4- Você trabalhava antes de entrar no PETI?

5- Você estuda atualmente? Que série? Você considera o estudo importante?

6- Você já interrompeu os estudos para trabalhar?

7- As atividades realizadas no PETI lhe auxiliam nos estudos?

8- O PETI mudou a vida de sua família? Em que?

9- Você já ouviu falar do ECA?

10- O que você espera para o futuro?

Apêndice D: Fotos

Foto 01



Turmas do PETI realizando as atividades sócio-educativas durante a jornada ampliada.



Os educandos jogando.